

BEIJA-FLOR – UM PERIÓDICO NO ALVORECER ROMÂNTICO

Renato Casimiro (UERJ / FBN)

Resumo: Este artigo é parte da pesquisa “Folhas literárias e comunidade letrada no Rio de Janeiro (1830 – 1860)”, desenvolvida através do Programa de Pesquisador Residente (PNAP-R) da Fundação Biblioteca Nacional. No momento, apresento uma reflexão sobre o periódico *Beija-flor – Annaes Brasileiros de Sciencia, Politica, Litteratura*, que circulou no Rio de Janeiro, nos anos de 1830 e 1831. Através da leitura da narrativa de ficção “Olaya e Júlio ou A periquita – uma novela nacional”, de dois capítulos do “Manual do agricultor brasileiro” e série dos relatos do movimento que, em julho de 1830, em Paris, derrubou Carlos X, sob o título de “Três dias gloriosos” – todos publicados de forma seriada nas páginas de seus oito números de existência e sem indicação de autoria – tenho como objetivo identificar sua linha editorial, as vinculações intelectuais de seus editores e colaboradores, bem como suas prováveis contribuições no processo de afirmação, no país, do movimento romântico, sobretudo, no âmbito do romance nacional.

Palavras chave: *Beija-flor (1830 – 1831)*, Vida Intelectual, Revistas Literárias, Romantismo Brasileiro.

Em 1862, José Alexandre Teixeira de Melo em carta destinada ao amigo Francisco Ferreira Soares e publicada no jornal *O Futuro*, dizia de seu desejo de constituir um acervo que incluísse todos os periódicos literários que tivesse tido notícia, da juventude à maturidade. Para ele, aquele acervo serviria como “*specimens* das promessas de uma idade e dos frutos sazoados da outra” (*O Futuro*, n.º. 07, p. 218). Tal ideia lhe teria ocorrido ao desencavar “entre alguns papéis velhos” um número do *Beija-flor, Anais brasileiros de ciência, política, literatura, etc*, publicado no Rio de Janeiro, de outubro de 1830 a março de 1831.

José Alexandre Teixeira de Melo foi fundador da Cadeira número 06 da Academia Brasileira de Letras, escolhendo como patrono o poeta Casimiro de Abreu, de quem fora amigo. Era formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, defendendo tese em 1859, membro de diversas organizações literárias e autor do livro de poemas *Sombras e sonhos*, publicado em 1858. Em 1875, transferiu sua clínica para o Rio do Janeiro, passando a colaborar na *Gazeta Literária*, nos *Anais da Biblioteca Nacional* e na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Em 1876, foi nomeado chefe da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, passando, mais tarde, para a Seção de Impressos, assumindo, em 1895, a direção que exerceu até a aposentadoria. Nascido em 1833, nasceu na cidade de Campos dos Goitacazes, era ainda uma criança quando do desaparecimento do *Beija-flor*. Sua carta, no entanto, menciona outras publicações que foram contemporâneas de sua adolescência, quando ele já se transformara num leitor: *Minerva Brasiliense* – jornal de ciências, letras e artes (1843 a 1845); *Guanabara* – revista mensal artística, científica e literária (1850 a 1855); *Iris* – periódico de religião, belas-artes, ciências, letras, história, poesia, romance, notícias e variedades (1848 a 1849); *Revista Nacional e Estrangeira* (1839 a 1840); *Revista Luso-Brasileira* – publicação quinzenal de literatura, indústria, geografia, música (1860); *Jornal da Sociedade Philomatica* (1859); *O Ônibus de Niterói* – jornal político, e literário (1840).

Vistas em seu conjunto e a despeito da efemeridade de sua maior parte, tais publicações representam 30 anos de uma atividade editorial que, entre outros temas, tratava de literatura, ciência e alguma filosofia, reunindo em torno de si uma comunidade mais imaginada do que real, mas que nem por isso deixa de possuir seus ritos de pertencimento e consagração, suas regras e outras formalidades. Uma comunidade formada por políticos, clérigos, funcionários públicos, profissionais liberais, amantes da ciência ou simples entusiastas. Todos, no entanto, com interesses que iam além da pura informação, da troca de insultos e das arengas entre grupos. Indivíduos que se denominavam *homo litterati*, o homem de letras, homem de espírito, cultor da erudição, do conhecimento, do esclarecimento, da divagação, da ilustração, sobretudo quando impresso em letra redonda.

Naquela *República das Letras* distante dos grandes centros de produção intelectual, de pouca fragmentação do conhecimento, de especialização ou de divisões entre as disciplinas, o jornalismo impresso se colocava como reverbero de um discurso

que se pretendia mais elevado, *mais transcendente* (conforme definição do redator do *Beija-flor*) e, por conta disso, veículo de interação, de debate *interpares* e de construção de certo *espírito de época* e para a circulação de um conjunto de textos que apontam possíveis caminhos da formação intelectual de autores e leitores, num momento em que se organizava, no Brasil, mais precisamente na sua capital, um “sistema de obras ligadas por denominadores comuns, que permitem reconhecer as notas dominantes duma fase”, ou seja, uma *Literatura Nacional* (CANDIDO, 2007, p. 25).

Ressalte-se, que no Brasil do século XIX, na ausência de outras instituições, os jornais de uma maneira geral cumpriam uma missão educadora, fomentando debates, por um lado e, por outro, estabelecendo consensos. Entre os letrados, fossem *homens de espírito* ou de *ação*, eram as publicações mais especializadas, dedicadas à arte, à literatura, às doutrinas políticas econômicas e filosóficas, que cumpriam o papel de informar e formar; instruir e disseminar saberes e, ainda, promover vínculos intelectuais, sociais e profissionais. Assim, tais como os cafés, as livrarias, os saraus e as associações literárias, muitas daquelas publicações seriam pontos de intercessões de diferentes experiências, vocações, interesses e concepções. Daí a possibilidade de se tentar entender aqueles periódicos como parte de um conjunto de iniciativas que visavam, não apenas à visibilidade de expressões e sensibilidades, mas à estruturação destas expressões e sensibilidades como campo intelectual autônomo.

Por conta disso, se faz necessário identificar em cada uma destas publicações, o grupo responsável pela sua redação, seus editores e colaboradores mais constantes, seus patrocinadores e financiadores, sua linha editorial, quase sempre sugerida no título, na epígrafe e no texto programático estampado na edição inaugural e que diz de suas intenções e expectativas. Tais procedimentos, no entanto, não dispensam a leitura do conjunto de outros tantos textos, tornando aqueles periódicos, ao mesmo tempo, fonte e objeto de pesquisa.

No caso específico do *Beija-flor – Annaes brasileiros de sciencia, politica, literatura* – chama atenção a sua excepcionalidade dentre as publicações literárias que até então haviam surgido no país. Isso por que suas páginas dedicaram maior espaço à prosa de ficção, reservando à poesia apenas um artigo, comentando o aparecimento dos *Idylles brésilliennes* (*BEIJA-FLOR*, nº 07, p. 199 - 208), versos latinos escritos por Teodoro Taunay e traduzidos para o francês por seu irmão Félix Taunay. Assim, já em

seu primeiro número era anunciada a novela de Walter Scott, *O colar de pérolas*, publicada nas duas edições seguintes. Além desta, nos números quatro, cinco e seis aparecia aquela que pode ser considerada a primeira narrativa ficcional brasileira publicada em jornal, *Olaya e Júlio* ou *A periquita – uma novela nacional*, sem indicação de autoria. Por fim, em seu oitavo e último número publicou a tradução de *Hermiona - novela alemã do século XIV*, literatura fantástica, gênero que faria muito sucesso entre os leitores brasileiros.

O *Beija-flor* tinha 32 páginas no formato 19 X 13. Tal qual os periódicos do século XIX tinha uma epígrafe – “je prends le miel sans offenser les fleurs” – e um programa, sua “Profissão de fé” que dizia pretender “contribuir para a emenda da ordem social”; “analisar os artigos que fossem de interesse mais transcendententes”; se ocupar “com maior especialidade de muitos ramos de propriedade pública, tais como a literatura, a economia política e urbana e outros assaz negligidos pelas folhas atualmente existentes, envoltas que são na política e nas suas disputas”. Além disso, não negava seu apoio ao imperador: “o símbolo político que adotamos de coração e para sempre é do constitucionalismo monárquico representativo, tal qual, felizmente, nos rege”. (*BEIJA-FLOR*, nº. 01, p. 03 a 05).

Sem dúvida, dos textos impressos no *Beija-flor*, a narrativa de Olaya e Júlio – ainda que apenas por seu pioneirismo¹ – é de grande interesse para o pesquisador das origens de nossa literatura, tendo merecido a atenção de alguns estudiosos, destacando-se Marlyse Meyer (1967) que indica como de autoria do francês Charles (ou Carlos) Taunay². De fato, a expressão novela nacional incluída no título faz justiça às intenções de seu autor. Além dos encontros e desencontros do jovem casal, a narrativa, ambientada no interior do Ceará durante um período de seca, descreve o ambiente natural, as relações sociais e personagens – escravos, senhores, membros de uma expedição chefiada por um naturalista europeu – que possuem alguma verossimilhança. Neste sentido, *Olaya e Júlio* ou *A periquita – uma novela nacional* antecipa um desejo que vai se explicitar na década seguinte, com o aparecimento do nosso Romantismo.

¹ Hélio Viana aponta como sendo a primeira narrativa de ficção brasileira a novela de Lucas José de Alvarenga *Statira e Zoroastes*, edição em livro, Rio de Janeiro, 1826.

² Marlyse Meyer chegou até *Olaya e Júlio, ou a Periquita* através de uma tradução publicada na *Revue Française*, editada no Rio de Janeiro nos anos de 1838 e 1839.

Há outros textos, no entanto, que merecem atenção e mais a novela nacional serão aqui observados: os relatos do movimento que, em julho de 1830, em Paris, derrubou Carlos X, o último Bourbon e os excertos do *Manual do agricultor brasileiro* que, dentre outras medidas, propunha um código sobre a escravidão. Todos sem indicação de autoria. Deste último, porém, sabemos que se trata do mesmo Carlos Taunay, pois, em 1839, por iniciativa de Júlio Villeneuve, proprietário do *Jornal do Comércio*, e patrocínio do Ministério da Justiça, sairia uma edição em livro da íntegra deste manual.

Conforme anunciado na sua “Introdução”, o *Manual do agricultor brasileiro* pretendia “suprir a falta absoluta de guia e livros elementares” dedicados à “arte que sustenta, e enriquece o Estado”. Além disso, além do tal código para os escravos, propunha algumas medidas para redimir o atraso, “tão prejudicial como vergonhoso” da atividade agrícola: abertura de estradas, canais e promoção da navegação de cabotagem; criação de cursos de agricultura em todo o país; distribuição em todo o país de livros elementares sobre todos os ramos da agricultura (*BEIJA-FLOR*, nº. 06, p. 167).

Como é possível observar, o autor daquele *Manual*, tinha certo apreço pela modernização dos meios de transporte, dos livros, da instrução pública, das inovações da ciência e das novas técnicas, sem, contudo, abrir mão do sistema escravista, fazendo eco à justificativa que perduraria por todo o século XIX: “a escravidão dos pretos não é um mal para eles, sim para os seus Senhores” e deveria ser suportado, pois “nossa agricultura, já tão decaída, não aturaria no momento atual nem a libertação dos pretos, nem mesmo a real cessação do tráfico” (*BEIJA-FLOR*, nº. 07, 188).

A convivência com o mal representado pelo sistema escravista exigiria, no entanto, medidas compensatórias, ou seja, a racionalização da exploração, “e combine o interesse do dono, com o tolerável bem estar dos pretos” (*Beija-flor*, nº 07, p. 190). Tal medida serviria, sobretudo, para preservar os interesses dos proprietários, pois “a ignorância, a avareza, o desleixo, de mãos dadas, cegam os donos a ponto [de deixar] inúteis as forças da sua escravatura” (*BEIJA-FLOR*, nº. 07, p.191). Em contrapartida, aos escravos, restaria à imposição da ordem:

uma rigorosa disciplina nos campos; e mormente nas grandes fábricas, aonde uma perpétua vigilância e regra intransgressível devem presidir os trabalhos, o descanso, as comidas, e a qualquer movimento dos escravos, com o castigo sempre á vista. A maior ou menor perfeição

desta disciplina determina o maior ou menor grau de prosperidade dos estabelecimentos (*BEIJA-FLOR*, n.º 07, p. 190).

Enfim, a institucionalização do medo e da violência, deveria ser implantada para resguardar os senhores de escravos de sua própria ignorância, avareza e desleixo, reduzindo os riscos a que estava exposta a força motriz da riqueza nacional.

No mesmo diapasão, os quatro primeiros números do *Beija-flor* traziam relatos que diziam do movimento que, em julho de 1830, em Paris, derrubou Carlos X, o último Bourbon, e levou ao trono Luís Felipe de Orléans, cujo reinado contou com o retorno de vários oficiais de Napoleão. A matéria intitulada “Três Dias Gloriosos” se inicia dizendo da falta de legitimidade da chamada Restauração Bourbon, 1814, uma vez que se tornou possível graças à ação de tropas estrangeiras. A matéria enaltecia inúmeros atos de bravura praticados por cidadãos anônimos, concluindo que a sociedade brasileira de então:

não admite propriamente aquela massa de proletários em gozo dos direitos civis, sustentados do trabalho quotidiano, a que na Europa chamam povo. Entre nós existem donos e escravos; estes felizmente não tem voz no capítulo: aqueles aristocratas por sua posição estão sumamente interessados a evitar a anarquia, e unicamente o intuito de conquistar a liberdade, ou derrubar o absolutismo os poderão obrigar a comprometer a segurança da sua autoridade doméstica, e o nó dos membros tão gigantescos como pouco aderentes do vasto Império Brasiliense (*BEIJA-FLOR*, n.º 04, p.103).

Ou seja, o *gozo dos direitos civis, sustentados do trabalho quotidiano* que deveria valer para as nações europeias não seria aplicável ao Brasil, em nome da ordem social e da integridade do território do país, por conseguinte. Por conta disso, o regime escravista e os vícios absolutistas do governo de Pedro I seriam perfeitamente justificáveis. Lembremos que, em seu programa, intitulado “Profissão de fé”, os editores do *Beija-flor* afirmavam seu apoio ao primeiro imperador: “o símbolo político que adotamos de coração e para sempre é do constitucionalismo monárquico representativo, tal qual, felizmente, nos rege”. (*BEIJA-FLOR*, n.º 01, p. 05). Haveria, portanto, um liberalismo esclarecido que nega liberdade e esclarecimento, em nome da segurança, da autoridade e da unidade do Império. Sem dúvida, algo bem próximo da cartilha com

ensinamentos para os grandes proprietários da periferia do capitalismo.

Além disso, muitos dos franceses que chegaram ao Brasil, assim como Charles Taunay, foram ligados ao regime bonapartista. Isso explicaria o flagrante entusiasmo do redator para com a queda de Carlos X, aquele seria o “maior, mais rápido, legítimo, puro de qualquer excesso, enfim, mais heroico movimento nacional que jamais houvera no mundo” (*BEIJA-FLOR*, nº 01, p. 06). Neste sentido, ainda que não se possa identificar com exatidão o nome dos autores de seus textos, é possível concluir que havia uma ligação dos redatores do *Beija-flor* com a comunidade francesa instalada no Rio de Janeiro, sobretudo com o autor do *Manual do agricultor brasileiro*, hipótese, aliás, já levantada por Marlyse Meyer em texto que já fiz referência.

Dito isso, resta o exame de *Olaya e Júlio ou A periquita, uma novela nacional*. A narrativa se passa no interior do Ceará. Júlio, ainda menino, é um retirante que tem o corpo repleto de chagas que o deixam com aparência de um sapo e que perdeu a família em decorrência da seca. Ele é socorrido por Olaya, filha do proprietário de uma “grande e opulenta fazenda”, que lhe oferece alimento. Em seguida, em suas andanças, Júlio se incorpora a uma expedição comandada por um naturalista europeu. Em gratidão aos seus serviços e honestidade, o cientista cura as chagas de Júlio e o leva para a Europa, onde o jovem recebe esmerada educação. A saudade faz Júlio retornar ao Brasil. Ele é agora um rico comerciante e, ao ficar sabendo que a seca arrasou a propriedade onde Olaya vivia, parte em seu socorro. O final é previsível: Júlio e Olaya se casam e se tornam os novos proprietários das terras onde haviam se conhecido. Por conta de sua boa índole e dos conhecimentos que adquiriu na Europa, Júlio alforriou os escravos e a propriedade se tornou bela e produtiva.

Certamente, trata-se de uma tentativa de aclimatar aos trópicos um gênero que gozava de algum sucesso na Europa. Chama atenção, o enredo bem arranjado, a escrita agradável e fluente, além dos longos trechos que descrevem o ambiente natural e os interiores das moradias; os traços físicos das personagens, costumes, o que confere verossimilhança à narrativa e estatuto de brasilidade, estabelecendo certa sintonia entre o tema, os diálogos e os personagens que utilizam expressões de linguagem identificadas com idade, condição social e origem geográfica. Em grande medida, ali estão presentes os elementos de uma alvorada romântica, tais como o patriotismo de Julião que, apesar de bem sucedido na Europa, opta por retornar a seu país; a bondade

de Olaya; a virtude dos amantes e a bondade mediando relações públicas e privadas, garantindo uma ordem baseada na fidelidade servil e na liberdade consentida. Soma-se a isso o esplendor da natureza, a função didática, moralizante e civilizatória. Chama atenção, ainda, o esforço de dar ares de veracidade à narrativa: ainda no prólogo, o narrador alerta que foi Júlio que lhe entregou um manuscrito com a história do casal.

Por sua vez, o autor demonstra possuir alguma formação literária, leitor de romances, então já em moda. Bem provável que fosse leitor de relatos de viajantes estrangeiros, como é possível notar pela longa transcrição da passagem sobre a expedição científica. Também parece conhecer o país, sua natureza e suas mazelas que, por sua vez, puderam ser superadas graças aos conhecimentos técnicos trazidos da Europa. Provavelmente conhecia as idéias de Ferdinand Denis que, em 1826, dizia da necessidade de se olhar para a exuberância da natureza americana com propósitos literários: “Se os poetas dessas regiões fitarem a natureza, se se penetrarem da grandeza que ela oferece, dentro de poucos anos serão iguais a nós, talvez nossos mestres” (DENIS, 1978, p. 37).

O *Beija-flor* não teve fôlego para um longo voo na monótona vida literária brasileira de então, sobrevivendo por apenas oito edições, de outubro de 1830 ao início do ano seguinte. No texto de sua despedida, o redator fez soar um desabafo que, em grande medida, iria ecoar por todo o século XIX: a contrariedade com a pouca aceitação por parte dos leitores e a percepção de que o homem de letras não contava com o apoio do público:

O *Beija-Flor* tornou um voo seguido para as suas Florestas, muito agastado de ter tido tão pouca aceitação entre os seus patrícios, entretanto nós que fomos seus interpretes tínhamos muito maior razão de nos enfadar, pois que a graçola nos custa umas poucas de belas notas, [...] mas o desgosto de quem perde dinheiro não se pode equiparar à ferida que o amor próprio de um autor recebe de qualquer frieza, ou abandono do público (*BEIJA-FLOR*, n.º 08, p. 232).

De todo modo, em meio ao tiroteio dos pasquins, num momento de intensas agitações políticas que culminariam na abdicação do primeiro imperador e que marcariam todo o período regencial, o *Beija-flor* foi, sem dúvida, uma *ave rara* que prenuncia o surgimento do movimento romântico, o que justifica sua apreciação mais atenta. Parece certo que teve “pouca aceitação entre os seus patrícios”, levaria ainda algum tempo para que a prosa de ficção conquistasse algum espaço entre autores e

leitores. A novela de Olaya e Júlio, no entanto, não deixou rastro, à exceção de sua tradução para o francês, publicada na *Revue Française*, em maio de 1839. Já o *Manual do agricultor brasileiro*, além da já citada edição em livro, também de 1839, existe outra mais recente promovida pela editora Cia. das Letras (2001), certamente, este é um importante testemunho da mentalidade das elites locais e de suas relações de poder, no interior da sociedade escravista do Brasil do século XIX. Quanto ao provável autor da intitulada novela nacional, Carlos Augusto Taunay, informa seu sobrinho, o Visconde de Taunay – no livro *Trechos da Minha vida* – que foi membro da Sociedade Nacional de Agricultura, fundador do primeiro *Messenger* (1831-1832), colaborador assíduo do *Jornal do Comércio* e escreveu “diferentes livros e opúsculos sobre assuntos vários, práticos, sobretudo” (TAUNAY, 1921, p. 28 e 29). Dentre estes livros, além do já citado *Manual*, publicou, em 1862, *Viagem pitoresca a Petrópolis*, considerado o primeiro guia turístico sobre aquela cidade: nenhuma linha sobre o *Beija-flor* ou *Olaya e Júlio*. A parte disso, *Inocência*, de 1872³, tem como cenário os sertões de Mato Grosso e seu autor, o mesmo Visconde, desenha em detalhes sua natureza, seus costumes, credences, expressões linguísticas, alimentando a curiosidade do leitor urbano.

A visão de aspectos regionais dos sertões do país que já estava presente em *Olaya e Júlio ou a Periquita* se tornou uma das vertentes do romantismo brasileiro, embora não haja registro que a novela publicada no *Beija-flor* tenha nisso alguma influência. De todo modo, em *Inocência*, a figura de Meyer, um desajeitado naturalista alemão, talvez não seja mera coincidência.

³ Devo esta lembrança à contribuição de Roberto Acízelo, durante minha comunicação na XV ABRALIC, 2016, no simpósio “A História da Literatura como problema: reflexões sobre a crise permanente nos estudos diacrônicos de Literatura”.

Referências

Beija-flor, Anais brasileiros de ciência, política, literatura, etc, por uma Sociedade de literatos, nº 01 a 08. Rio de Janeiro: Tipografia Gueffier e Cia. Outubro de 1830 a março de 1831.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2007.

DENIS, Ferdinand. Resumo da História Literária do Brasil. CESAR, Guilhermino (org.) - *Historiadores e críticos do romantismo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

MELO, José Alexandre Teixeira de. Da imprensa literária no Brasil. *O Futuro – periódico literário*, nº. 07, 15/12/1862. Rio de Janeiro, Tipografia de Brito e Braga, 1862.

MEYER, Marlyse. Uma novela brasileira de 1830. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº. 02, 1967 p. 125-130.

TAUNAY, Visconde. *Trechos de minha vida*: São Paulo, Editora Melhoramentos, 1921. _____ . *Inocência*. Porto Alegre: L&PM, 2013.

VIANA, Hélio. As primeiras novelas brasileiras à *clef*. *Anuário brasileiro de literatura*, nº. 07 e 08, 1944/45: Rio de Janeiro: Zélio Valverde 1944, p. 234 – 243.

XAVIER, Wiebke Röben de Alencar e FERNANDES, Marcos Túlio. Uma tradução de Walter Scott e o início do conto fantástico no Brasil: O caso de Hermiona – novela alemã do século XIV. *Cultura & Tradução*, v. 3, n. 01, João Pessoa, 2014, p. 493 - 508.